



# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

---

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

---

---

### **VISÕES DE TERRITÓRIO SOB UMA PERSPECTIVA MITOLÓGICA**

---

---

JUNQUEIRA, Mariana Gravina Prates

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais;

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP; [marianagravina@yahoo.com.br](mailto:marianagravina@yahoo.com.br)

---



### Resumo

Esse artigo é parte da tese de doutorado que analisa as perspectivas do conflito sob aspectos histórico-sociais que influenciam a relação homem natureza. As sociedades possuem seus imaginários particulares, implicando distintas construções simbólicas do ambiente, da percepção da realidade e da maneira de conviver com o território.

Parti da realidade da criação de uma unidade de conservação no sul de Minas Gerais, Brasil e me detive em compreender o processo, os avanços e os conflitos nos quais estive imerso. Esteve relacionado ao naturalismo que se difundiu e influenciou a criação da Estação Ecológica do Papagaio, que foi posteriormente recategorizado para Parque Estadual da Serra do Papagaio.

Apesar de uma corrente do naturalismo ter uma visão simbiótica do homem com a natureza, o naturalismo reativo leva em consideração a natureza intocada, onde as áreas naturais estariam em um estado puro. Esse mito, um mito moderno da relação homem natureza, é responsável pela crença de que quaisquer ações humanas são incompatíveis à conservação ambiental, daí a transformação dos territórios considerados intocados em áreas protegidas.

Assim, nessa perspectiva simbólica e mitológica emergem conflitos entre populações que possuem percepções antagônicas do ambiente e o que ele representa em suas vidas. Mesmo que acreditemos que somos racionais, os mitos estão ressignificados em novos pensamentos simbólicos, mitológicos e mágicos na história contemporânea.

### Abstract

This article is part of the doctoral thesis that analyzes the conflict perspective beyond social historical aspects that influence the human nature relationship. All the societies have its particular imaginary, which implies distinct symbolic construction of the ambient, of the realty perception and the way of living in the territory.

The creation of the Conservation Unit in the south of Minas Gerais, Brazil, was used as an example of territory conflict with different groups and its perceptions of nature. It happened when a vision of naturalism was defund around the region and stimulates the creation of the Ecologic Parrot Station which was recategorized to Parrot Mountain State Park.

Despite of the naturalism thoughts of nature and human being as a symbiotic relation, the reactive naturalism, that had influenced the region, consider the untouchables nature or the wilderness, the pure state of nature. This can be consider a myth, a modern myth, which consideration is that the human society is incompatible with natural conservation, and to preserve this territory, it has to be totally run out man, an protected area.

Finally, in this symbolic and mythological perspective, the conflicts happens between communities that have different perception of the ambient and what it represents in their lives. Even though we believe that we are completely rational and not influenced by myths, they really are in our thoughts and in the way we think and act in the contemporaneous society.

Palavras-chave: Território, Mitos, Conflito socioambiental

Keywords: Territory, Myth, socio environment conflict

[COM0160]



## **Introdução**

Esse trabalho busca analisar características histórico-sociais que influenciam a relação homem natureza na contemporaneidade. Por se tratar de sociedades complexas, o próprio imaginário também se difere muito na construção simbólica do ambiente. Daí surgirem grandes conflitos dada a forma diversa de perceber a realidade e conviver com ela.

Parti da realidade da criação de uma unidade de conservação em um ambiente do sul de Minas Gerais, Brasil e me detive em compreender o processo, os avanços e os conflitos a que estiveram imersos. Utilizei a pesquisa qualitativa, lançando mão da observação participante associado a entrevistas.

A criação esteve relacionada a uma corrente ambientalista, o naturalismo que se difundiu e influenciou a criação da Estação Ecológica do Papagaio, que depois se transformou em Parque Estadual da Serra do Papagaio. A corrente naturalista se contrapôs ao culturalismo que vê a sociedade com as qualidades e a natureza, defeitos. O naturalismo propôs uma relação entre sociedade e a natureza, considerando o homem inserido à natureza, mas que doravante essa intervenção pode ser prejudicial ao ambiente. (Moscovisci,1979)

Ao mesmo tempo em que partilham essa visão simbiótica do homem com a natureza, há uma corrente do naturalismo, o reativo, que defende a natureza intocada no mundo selvagem, esta visão está impregnada de uma representação simbólica que percebe a natureza como algo em estado puro. Essa percepção, Segundo Diegues, 1994 pode ser considerada um mito, no qual imagina a total incompatibilidade entre o homem e a conservação da natureza, assim nós deveríamos ser separados das áreas naturais, por meio de unidades de conservação de proteção integral.

Esse mito moderno, ou um neomito, parte de uma concepção biocêntrica da relação homem natureza na qual os ideais religiosos cristãos de paraíso perdido são revividos no imaginário social. Assim esses territórios que passam a ser considerados intocados foram transformados em áreas protegidas, para benefício das populações urbanas e suas crenças, sem contudo levar em consideração o imaginário e o que os territórios significam para comunidades indígenas, tradicionais e rurais, na qual a natureza está intimamente relacionada ao seu modo de vida.

Nesse sentido, as distintas perspectivas simbólicas do território fazem colidir conflitos entre populações, pois as perspectivas mitológicas são algo imbricado no imaginário de forma a se tornar verdades absolutas para cada uma das sociedades, mesmo que acreditemos estarmos isentos deles. Os mitos, segundo Morin (1999) não existem apenas em um passado superado, mas ao contrário se transformaram e deslocaram-se para a modernidade.

### **1. Os aspectos mitológicos e simbólicos na criação da Estação Ecológica do Papagaio**

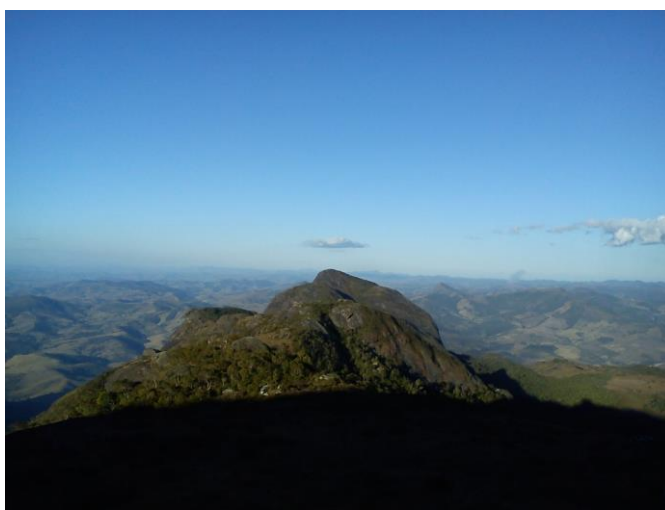


Figura 1- Serra do Papagaio (Foto: Mariana Gravina Prates Junqueira)

A região das altas montanhas da Mantiqueira localiza-se em Minas Gerais, Brasil e em meados do século XX começou a receber visitantes, jovens que faziam acampamentos e ouviam as histórias da região e começaram a pensar na possibilidade em transformar essa área com incrível beleza cênica e extremamente relevante para preservação em uma unidade de conservação. Algumas histórias da mineração atiçavam a curiosidade dos rapazes que ficavam procurando os locais antigos e andando por toda a região. Em meio ao misticismo antigo de história de jesuítas e crenças naturalistas foram valorizando a preservação da região. Uma das histórias antigas era a do garrafão de ouro, que inclusive deu nome à Serra do Garrafão, dizia que os jesuítas mineravam ouro e quando foram expulsos pelo império, colocaram o ouro em garrafões e enterraram na região.

Essa perspectiva naturalista se associou a uma visão mística, terapias naturais, comidas naturais e uma valorização da natureza e do ambiente natural. Portanto esse empenho naturalista influenciou muito a área ambiental e os jovens da região que passaram a substituir seus olhares muitas vezes pecuaristas para a preservação do ambiente natural. Dentre outros participantes desse movimento na década de 80 estava Paulo Maciel<sup>1</sup>, que foi influenciado por essa visão de mundo e foi responsável pela realização e instalação da Primeira Unidade de Conservação, quando se tornou diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEAM, em Belo Horizonte.

A corrente naturalista, conforme Moscovisci (1979) seria uma aversão à sociedade e à cultura que se contraporiam ao culturalismo que vê a sociedade detentora de todas as qualidades e a natureza, de todos os defeitos. Assim, o culturalismo prevê uma ruptura entre o homem e a natureza, entre a história e a natureza e entre a ciência do homem e da natureza. Os avanços tecnológicos serviriam para aprofundar essa lacuna entre ambos, como a própria evolução. Afirma ainda que o culturalismo seria expresso pelas filosofias ocidentais. Isto é, de um lado estaria o homem natural, selvagem, sem família, sem lógica ciência ou religião, e dotado apenas de pensamento simbólico e mítico; e do outro lado estaria o homem domesticado de posse de pensamentos, dominando atributos intelectuais, sociais, técnicos e científicos. Haveria portanto uma ideia de distinção entre o homem natural inferior e o social superior. O culturalismo seria a vitória da civilização, a domesticação do mundo e do homem natural. (Moscovisci, 1979)

Distintamente a essa corrente, o naturalismo prevê uma unidade entre sociedade e a natureza, ciência do homem e da natureza. Considera o homem inserido na natureza, fazendo parte dela. *"Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é a natureza e a natureza, seu mundo"* (Diegues, 2000, p. 23). Esta visão constitui uma variação da tão prezada visão antropocêntrica do mundo, portanto é uma corrente minoritária e heterodoxa. O que originalmente foi uma contraposição ao culturalismo, passou a ser uma nova proposta da relação homem e natureza, ao invés de ser entendida apenas como uma posição ingênua do mundo natural, uma forma reativa, passou a ser ativo, propondo mudanças. A essas transformações, Moscovisci (1979) chamou de novo naturalismo.

Esse movimento partiria de três paradigmas principais: primeiro, o de que o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto. Assim, a intervenção do homem no âmbito natural, à semelhança de outras espécies animais, deve ser considerada normal; contudo o que traz problema é a maneira que o homem faz essa intervenção e não o fato de fazê-la. Uma natureza intacta, não transformada seria considerada um museu, uma reserva, crença comum ao naturalismo reativo, mas não ao novo naturalismo, que considera fundamental a relação homem e a natureza. Segundo, a ideia de que a natureza faz parte da nossa história, portanto seria inútil voltarmos no tempo para encontrar uma natureza perdida, já que ela está sempre inserida na história e esta pode ser considerada natural. Terceiro, é a coletividade que se relaciona com a natureza e não o indivíduo, assim a sociedade também pertence à natureza e pode ser considerada um produto do mundo natural em um processo constante de inventividade. Ela é parte e criação da natureza. No entanto, com a criação de cidades, o pensamento e o saber humanos se voltaram contra a natureza. Com a argumentação de se protegerem das energias naturais incontroláveis, acabaram por criar as restrições sexuais e alimentares e a divisão do trabalho promoveu o combate a escassez, por meio de avanços técnicos que foram separando os homens em classes sociais e castas. (Diegues, 1994)

Esse novo naturalismo propõe novas relações sociais e ambientais; a natureza é um lugar repleto de diversidade onde o homem pode viver e criar novos paradigmas em uma realidade aberta e não fechada em dogmas pré-existentes e descobrir que aquela idealização de natureza plácida, uniforme e em perfeito equilíbrio pode ser substituída por uma concepção de constante diversidade e de complementariedade entre os seres animados e inanimados, sob a égide da divergência.

Seria uma perspectiva nova, uma nova utopia anunciada pelo autor, na qual haveria novas relações homem e natureza aonde as coletividades, as culturas e regiões seriam valorizadas e autônomas e ficariam de posse de seu trabalho, linguagem, costumes e técnicas, que se transmutariam ao invés de serem constantemente dominados e espoliados. Haveria um retorno à natureza, na qual a separação homem e natureza seria substituída pela unidade e talvez até o retorno a uma vida mais selvagem. (Moscovisci, 1979). Partindo de uma perspectiva mais harmoniosa da relação sociedade e meio ambiente, a construção de parques com a exclusão de moradores não parece ser a melhor alternativa para o objetivo anunciado, contudo, as unidades de conservação de uso sustentáveis poderiam vir de encontro a essa visão.

A influência do naturalismo na região parece ter sido principalmente a reativa, que imagina a natureza intocada no mundo selvagem, ligada a noção do mito naturalista, na qual haveria uma representação simbólica na qual as áreas naturais intocadas pelo homem estariam em um estado puro, podendo ser inclusive anterior ao aparecimento do homem. Segundo Diegues (1994) esse mito é responsável pela suposição de incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria considerado sempre um destruidor em potencial do ambiente e deveria ser separado de áreas naturais e essas só estariam a salvo com métodos de proteção total.

Esse mito moderno insere-se em um conjunto de representações do conservacionismo ambiental responsável por uma concepção biocêntrica da relação homem natureza, na qual o homem não teria o direito de dominar a natureza. Arraigado em ideais religiosos principalmente cristãos de paraíso perdido, os territórios considerados intocados foram transformados em áreas protegidas na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos. Esse modelo de conservação passou a ser chamado de moderno e divulgado pelos preservacionistas puros, que tinham como objetivo preservar as belezas naturais por meio dessas áreas naturais intactas para benefício das populações urbanas estadunidenses.

Os antigos mitos, segundo Morin (1999) não existem apenas em um passado superado, mas ao contrário se transformaram e deslocaram-se para a modernidade. Assim, mesmo tendo havido a dissolução das antigas mitologias, há o surgimento ou o ressurgimento de novos pensamentos simbólicos, mitológicos e mágicos na história contemporânea. *“A história contemporânea, mesmo dissolvendo as antigas mitologias, gera outras e regenera em termos modernos o pensamento simbólico/mitológico e mágico [...] Existe não apenas persistência em regiões rurais atrasadas, mas também o ressurgimento nas cidades modernas mais evoluídas.”* (Morin, 1999, p. 202)

A partir da evolução do pensamento mitológico formaram-se os neomitos, que se deslocaram e transformaram-se e se fixaram em ideias; É uma expressão do concreto vivido, que ao infiltrar-se na ideia abstrata ou geral, torna-se viva e ao mesmo tempo não retira o sentido racional da ideia, mas a transfigura em uma combinação entre mito e racionalidade que pode ser muito diversa, *“de certa forma o mito coloca-se a serviço da racionalidade para submetê-la”* (Morin, 1999, p.204)

Os mitos apresentam uma lógica complexa, ou melhor, podem ser considerados polilógicos, com uma riqueza ramificada com alguns paradigmas que norteiam o pensamento mitológico. Em primeiro lugar, a ênfase no vivo e concreto e em segundo, o princípio semântico geral, no qual tudo que não tem sentido é eliminado e substituído pelo o que acontece e todos os acontecimentos são de fato signos e mensagens dignos de interpretação. São consideradas para o autor narrativas responsáveis pela origem do mundo e imprescindíveis para o pensamento, a história e à vida da humanidade.

São narrativas que contam a origem do mundo, a origem do homem, seu estatuto e destino da natureza, suas relações com os deuses e com os espíritos. Mas os mitos não falam somente da cosmogênese nem somente da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que diz respeito à identidade, ao passado, ao futuro, ao possível, ao impossível e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo; tornam-se lendária e, geralmente, tendem a duplicar tudo o que acontece no mundo real e no mundo imaginário para ligá-los e projetá-los no mundo mitológico. (Morin, 1999, p. 193)

Assim sendo, os neomitos também são inexoravelmente importantes e influentes no pensamento do homem e mesmo que se pensasse no século XIX e começo do século XX, com a sistemática promoção das ideias laicas que haveria uma progressiva evolução do mito à razão, da religião à ciência e o desaparecimento dos mitos, isso não ocorreu; houve um processo de secularização e laicização transmutando-os em entidade estéticas ou poéticas, cuja autonomia multiplicou o tecido de substância semi-imaginária (noosfera estética e artística). Assim, seu poder de influência se tornou gigantesco quando divulgado pelos meios de comunicação de massa, produzindo uma profunda influência sobre nós *” cremos profundamente nela, somos penetrado por ela, enfeitiçados, mas não lhe damos o mesmo tipo de existência que os crentes atribuem aos seus mitos e aos seus deuses.”*(Morin, 1998, p. 162).

Nesse contexto, os mitos modernos se tornam invisíveis, sob a abstração ideal e a lógica do sistema capitalista ocidental, e quanto mais impregnado pela influência da ciência desmistificadora, mais invisível se torna. Assim, mesmo o mito da salvação terrestre está sob a forma do materialismo científico (Ibiden, 1998,p.181).

Mesmo no interior da sociedade urbano-industrial, impregnada do desenvolvimento do conhecimento científico e da destruição ambiental, os mitos relacionados com a natureza tem vida longa e segundo Eliade,1979, o homem moderno, que se considera realista, podem relegar os mitos para o inconsciente, mas de fato continuam existindo e podem voltar à tona com nova roupagem, uma nova mitologia. *“A mais apagada existência está pejada de símbolos, o homem mais realista vive de imagens. Para frisar, os símbolos nunca desaparecem da atualidade psíquica: podem mudar de aspecto, mas a sua função continua a ser a mesma: basta retirar-lhes as suas novas máscaras”.*( Eliade, , 1979,p.16)

Um dos grandes mitos, ainda segundo Eliade ,1979, seria o mito do Paraíso Terrestre, sobrevivente do século XIX que permaneceu hibernado mas resistiu graças principalmente à literatura. A sociedade moderna, apesar de ter alterado o conteúdo da sua vida espiritual, não se desvinculou de sua imaginação, assim perdura grande arcabouço mitológico em zonas mal controladas da psique humana. Dentre elas, o autor aponta alguns exemplos, como o mito do Homem perfeito, o mistério da Mulher e do Amor e também o do Paraíso Terrestre.

O mito conservacionista, da natureza selvagem intocada, parece ser, segundo Diegues (1994) um neomito. Impregnada na teoria da ecologia profunda, a proteção da natureza aparece como uma necessidade de salvação da humanidade por meio da criação de áreas protegidas que pretende salvar o que restou do mundo selvagem indicando uma simbiose entre o pensamento racional e mitológico. A respeito das representações do mundo natural intocável observamos o pensamento empírico racional inserido no debate das funções ecológicas e sociais da natureza selvagem e dos processos ecológicos do ecossistema. Por outro lado os aspectos míticos remontam o paraíso perdido, a beleza primitiva da natureza, anterior à intervenção humana, a paz interior resultante da admiração da paisagem intocada e a admiração do belo pelo homem urbano. (Diegues, 1994, p. 51).

O pensamento mítico também aparece vividamente em culturas tradicionais, tais como indígenas, caipiras, caiçaras, ribeirinhos entre outros, na qual existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo prático como no simbólico. As atividades como a pesca, caça, o plantio são marcadas por mitos ancestrais. Portanto, partindo dessa relação homens e ciclos naturais presentes nas populações tradicionais, a ideia de áreas protegidas sem populações é totalmente incompreensível para essas culturas. Quando essas populações



são proibidas pelo Estado de exercer suas atividades de saber e fazer, podemos observar a imposição do mito moderno da natureza intocada em detrimento dos mitos das comunidades tradicionais ( Diegues, 1994, p.54).

A noção de *wildernes* (mundo selvagem), elaborada no âmago do movimento conservacionista estadunidense do século XIX, pode ser considerada impregnada dessa noção mítica- simbólica, como um paraíso perdido, um refúgio de contemplação da beleza e lugar de proteção da devastação da sociedade urbano-industrial e da descoberta da alma humana, um neomito. Uma noção de grandes áreas não habitadas, o que aconteceu após o genocídio indígena com a expansão das fronteiras agrárias para o oeste, que deveriam se transformar em áreas de recreação para as populações urbanas, uma vez que o capitalismo estadunidense já estava consolidado e a urbanização era acelerada. É nessa abordagem que se insere o conceito de parques nacionais como uma área natural, selvagem. ( Diegues, 1994).

Apesar de haver uma ocupação de diversas populações indígenas nesse território visto como selvagem, elas não foram levadas em conta, já que sua ocupação era muito diferente da dos colonos. Eles não cercavam a terra, não possuíam habitação permanente ou títulos de propriedade. Em março de 1872, o Congresso dos EUA criou o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, cuja área seria de recreação para benefício do povo e seria proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida e que qualquer pessoa que ocupasse ou se estabelecesse no parque seria desalojada e considerada infratora, o que aconteceu com os povos *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock*. (Miller, 1980: Apud: Diegues, 1994).

Quando, em 1964, foi promulgado o *Wilderness Act*, definiram formalmente que as áreas selvagens que estariam sujeitas a se transformar em unidades de conservação são aquelas que não sofrem a ação humana e o homem é visitante e não morador. Apesar da grande difusão dessa ideia, muitas foram as reações contrárias a ela, principalmente entre os remanescentes povos Sioux dos EUA, de acordo com o chefe Standing Bear: *“Nós não consideramos selvagens as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Somente para o homem branco a natureza era selvagem, e somente para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bênçãos do Grande Mistério.”* (Mc Luhan, 1971, Apud: Diegues, 1994, p.23) Apesar de diversos teóricos passarem a criticar essa prática de deslocamento de populações nativas em prol da criação de unidades de conservação pelo mundo afora, essa prática ganhou diversos adeptos na América latina, África e Ásia e seus desdobramentos ainda estão em curso.

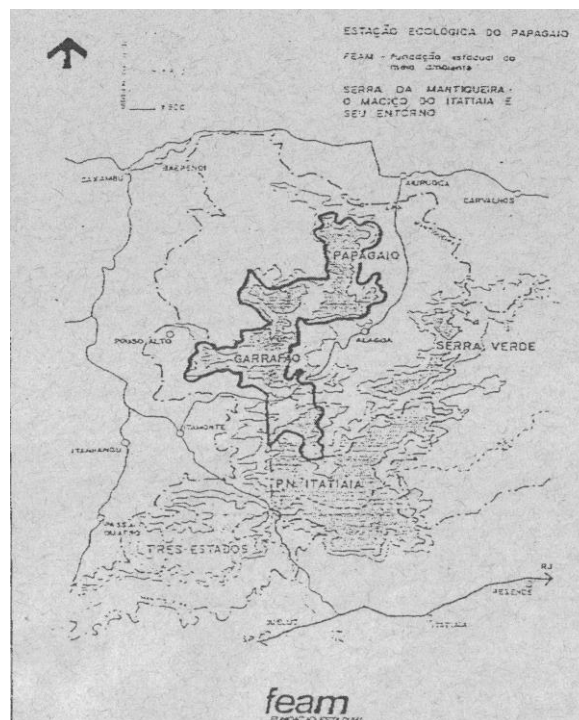
Nesse contexto, as influências do naturalismo e do conceito do neomito de Wilderses também se espalharam pelo imaginário brasileiro e em muitos estados iniciou-se uma articulação para criação de órgãos ambientais e também unidades de conservação. Isso aconteceu particularmente, como estamos nos propondo a estudar, no Estado de Minas Gerais, Brasil com a criação da FEAM- Fundação Estadual do Meio Ambiente e da Estação Ecológica do Papagaio. Logo após a criação da FEAM, foi contratado um grupo de técnicos para a implantação do órgão ambiental e entre eles estava Paulo Maciel, que participava de um grupo chamado FEDAPAN (Frente de defesa da Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira - APA-Mantiqueira), com reuniões regulares para articulação da criação da unidade de conservação(APA). Após sua criação, em 1987 ficaram com a responsabilidade de fazer o zoneamento e o plano de manejo. Esse grupo era constituído por pessoas de São Paulo e Rio de Janeiro e algumas pessoas da região que estavam trabalhando para a preservação.

A criação da Estação Ecológica foi resultante de discussões dentro da FEDAPAN. Decidiu-se contratar de uma empresa de consultoria, para fazer um estudo cartográfico, biológico e dos recursos naturais. Houve a decisão favorável em criar a unidade de conservação, mas incerteza a que órgão estaria subordinada. Para que a unidade proposta pela FEAM ficasse sob sua gerência, ela teria que ser uma estação ecológica, pois se fosse um parque estaria subordinado ao IEF, mesmo que a vocação da região estivesse relacionada ao turismo. Assim uma estação ecológica foi criada: a Estação Ecológica do Papagaio, com intuito de preservar o papagaio do peito roxo.

O processo se desenrolou sem o conhecimento da população. No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho de 1990, foi publicado o Decreto nº 31.368 do dia 2 de junho, de criação da Estação Ecológica do Papagaio com 22.788 hectares. Contudo pouco antes de sair o decreto, o diretor da FEAM conseguiu um sobrevoo de helicóptero pela área, no qual identificou falhas no desenho da Unidade, pois ficaram casas dentro do traçado. Decidiu manter o desenho como estava para a publicação e comprometeu-se em posteriormente realizar a correção do traçado. A metodologia utilizada na época contou com uma imagem de satélite preto e branco, mapas do IBGE e com visitas de campo. ( Mapa 1)

Após a publicação do Decreto, a equipe da FEAM realizou visitas aos municípios e palestras nas câmaras dos vereadores para informar sobre o projeto, seus objetivos, propósitos e metodologias. Nesse momento algumas pessoas se colocaram contra o projeto, entretanto algumas a encararam como uma oportunidade para vender terras pouco produtivas para o Estado, em uma região muito fria e com um uso bem incipiente como pastagens.

Foram realizadas reuniões nos cinco municípios, quando foi explicado para os presentes o que era a Estação Ecológica do Papagaio e que o Estado não iria se apropriar sem indenização das terras. Terras, que segundo o código florestal já teriam seu uso limitado e poderia trazer benefícios para todos no futuro. A divulgação ficou a cargo das câmaras de vereadores dos municípios



Mapa 1- Estação Ecológica do Papagaio Conforme Decreto de 1990 (Relatório Feam)

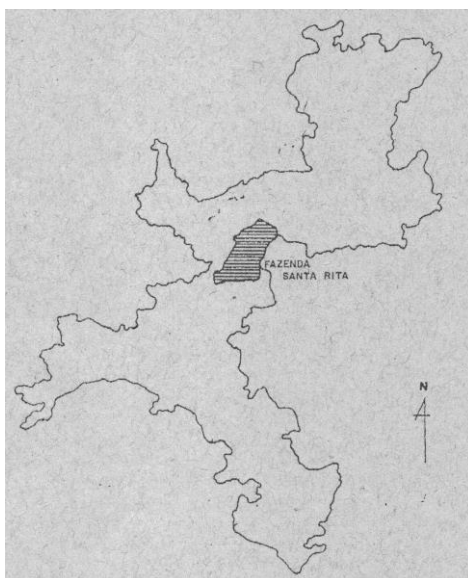
O relatório técnico considerou que a região consistia em uma área de relevante interesse ambiental, pois concentrava as nascentes dos principais rios da bacia do rio Grande, responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos do sul de Minas, irrigação, geração de energia, turismo entre outras. Além disso, consideraram que existiriam últimas matas nativas do bioma da Mata Atlântica em Minas Gerais, com formações mistas de campos, matas e áreas de enclave com araucária, características únicas em unidades de conservação no Brasil. Os elementos paisagísticos dos conjuntos montanhosos da Serra do Garrafão e do Papagaio, a elevada altitude e declividade da região também foram levados em consideração e finalmente a

proximidade com o Parque Nacional do Itatiaia, possibilitando uma maior proteção da flora e da fauna e preservação de todo o conjunto montanhoso.

Propôs também instalar a sede da Estação na Fazenda Santa Rita, propriedade com infraestrutura e ressaltaram a disposição do Senhor Manoel Correia em apoiar o projeto e estar aberto para negociações (Mapa 2). Mas, de fato o proprietário ficou muito insatisfeito com o projeto, havia recebido a equipe de pesquisa de campo em sua casa e não fora informado das pretensões da equipe.

Outro ponto destacado no relatório é que a criação da estação não estabeleceu reações adversas ou conflitos sociais, diferente de outras unidades de conservação no país. O que, segundo os técnicos, reafirma sua vocação natural para a preservação de banco genético, dos mananciais e da beleza paisagística. Foi ressaltado que isso facilitaria a relação do poder público com os proprietários já que não significava um entrave ao desenvolvimento econômico local. Apontaram prioridade para a desapropriação da fazenda Santa Rita em Assembleia Pública realizada na cidade de Baependi e posterior esforços de arrecadação de fundos para proceder com a indenização de todas as propriedades.

É claro que essa impressão de ausência de conflitos estava incorreta, e tão logo o Decreto foi promulgado alguns grupos sociais começaram a se movimentar para mudar os limites do Decreto ou mesmo derrubá-lo, uma pressão junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE).



Mapa 2 - Localização da fazenda Santa Rita dentro dos limites da Estação Ecológica do Papagaio<sup>2</sup>  
(Relatório FEAM)

Algumas áreas foram consideradas de grande relevância para o projeto, entre elas a Macieira, no vale do Matutu - Aiuruoca, por ser considerada uma região única, com campos de altitudes e com algumas matas; a Serra do Cangica- Baependi, por se tratar da área da nascente do rio Gamarra e o Corredor Ecológico que foi pensado para fazer a ligação entre a Estação Ecológica do Papagaio e o Parque Nacional do Itatiaia. Apesar de representantes de todas as áreas com conflitos terem manifestado o desejo de que fossem retiradas do traçado, a única que o autor do projeto considerou legítima foi a do Campo Redondo, bairro de Alagoa, uma vez que muitas casas, sítios, escola, hospital, todo o bairro havia ficado dentro da área da Estação e também algumas áreas de Itamonte. A correção ocorreu com o Decreto 33.543 de 29 de abril de 1992 que corrige o desenho e retira os bairros de Itamonte e Alagoa. (Minas Gerais, 1992).

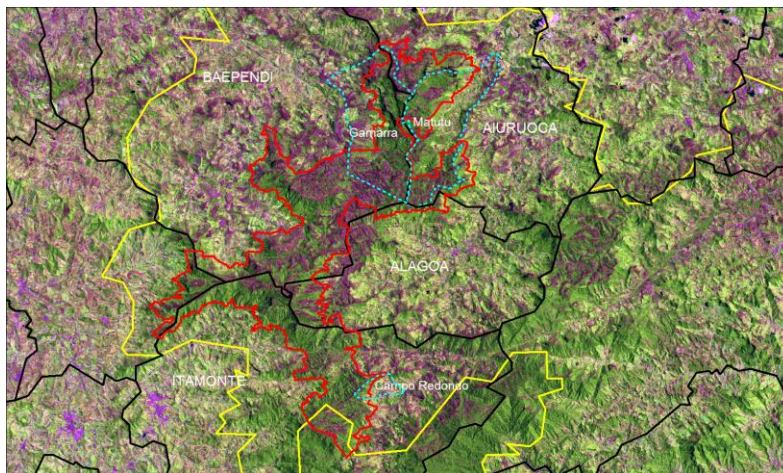
Os outros grupos que ainda não haviam sido contemplados em suas reivindicações continuaram a luta pelo direito a permanecer em seus territórios. Além da população rural tradicional caipira, a região havia

presenciado também a chegada de vários grupos urbanos que ansiavam um contato mais estreito com a natureza, longe dos centros urbanos, abrindo pousadas, se organizando em comunidades, com novas atividades econômicas. Dentre elas a Comunidade do Matutu que ansiava a mudança dos limites da Estação.

Sem desapropriação e regularização o projeto perdeu força com a mudança de governo e da diretoria da FEAM, e algumas antigas reivindicações conseguiram ser atendidas, entre elas a retirada da região da Macieira. Houve a criação da Fundação Matutu e o comprometimento em criar uma área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) na região, que saiu do traçado. A região do Campo Redondo também foi retirada do projeto da Estação Ecológica, minimizando os conflitos, contudo a Serra do Cangica não foi contemplada com os mesmos direitos culturais e religiosos, já que a área insere-se na Comunidade do Santo Daime Céu do Gamarra aonde os conflitos persistem até hoje.

Houve, portanto a reedição do Decreto em 1993, com um novo desenho que minimizaria os conflitos. Esta nova proposta de desenho da Estação Ecológica difere dos Mapas 1 e 2 nos quais as áreas da Comunidade do Campo Redondo e áreas antropizadas de Itamonte, passaram a configurar fora do tratado, tal como a Macieira no Matutu.(Mapa 3).

De acordo com os mapas apresentados acima, temos contatos com três desenhos diferentes que foram editados em momentos diferentes: o primeiro com as incorreções nos bairros rurais em 1990, o segundo em 1992 com a correção dos bairros e o terceiro em 1996 com a retirada da região da Macieira, reivindicada pela Fundação Matutu. Os registros e mapas desse processo são escassos e a precisão dos mapas e os trâmites a que o processo passou são conhecidos exclusivamente de alguns membros mais atuantes e com maior influência política na região, que tem acarretado muita confusão para a compreensão do processo.<sup>3</sup>



Mapa 3 - Estação Ecológica da Serra do Papagaio , traçado de1996 (Fundação Matutu- adaptado)

Uma conquista relevante ao processo foi no momento do licenciamento da rodovia Fernão Dias, na época de duplicação. Nesse momento a FEAM sugeriu que a medida compensatória fosse revertida para a Estação Ecológica do Papagaio, o primeiro empenho foi a desapropriação da fazenda Santa Rita, o pagamento foi efetuado no fim da década de 90 desfazendo o grande descontentamento do proprietário.

A Fazenda Santa Rita foi considerada desde o princípio um local de grande interesse ecológico em decorrência da grande diversidade e a presença de um bosque de araucárias. A região teve ocupação relacionada a exploração carvoeira e madeireira. Assim, quando seu Manoel comprou a fazenda, comprou também a terra adjacente onde estava o bosque, contudo um madeireiro já tinha a licença do IEF para desmatar e serrar a madeira; para evitar que isso acontecesse, ele pagou o preço da madeira serrada, da

licença e depois comprou também a propriedade, assim garantiu a existência desse bosque. *Se não fosse Seu Manoel não tinha um pau em pé.* (Tião, zelador do PESP, julho 2014<sup>4</sup>)



Figura 12 - Floresta de Araucária (Foto: Mariana Gravina Prates Junqueira)

A produção de carvão na região ocorreu desde a década de 40 até por volta da década de 70, com a derrubada de quase a totalidade das florestas para abastecer ferrovias e siderúrgicas. A fazenda Santa Rita e a Serra do Cangica foram áreas carvoeiras até início da década de 80. O atual zelador do parque viveu na região desde que seu pai foi carvoeiro; viviam na Fazenda Santa Rita 50 famílias de carvoeiros que construíam suas cabanas no meio da mata com madeira e palha e exploravam os arredores, construindo fornos para fazer o carvão. Quando a área se esgotava, construíam nova choupana e novos fornos.

As carvoarias começaram a ser embargadas na região e foi o que aconteceu na Fazenda Santa Rita; as famílias migraram para as cidades próximas. A família de Tião permaneceu trabalhando para a nova proprietária, D. Áurea, que construiu a casa que hoje é a sede do Parque. Posteriormente Seu Manoel comprou a fazenda e iniciou uma atividade de pecuária leiteira, muito comum na região, tiravam leite, vendiam queijo. Local ímpar, com campos de altitude em associação com áreas em regeneração do processo de desmatamento, o bosque de araucária e florestas secundárias.

Quando surgiu o Decreto da Estação Ecológica, as atividades econômicas foram paralisadas, os trabalhadores foram dispensados e o gado vendido, o que gerou grande frustração e descontentamento à população rural.

*Pessoal ficou muito revoltado, porque foi dito que eles iam ser desapropriados e pronto, teriam que ir embora e não iam receber nada. Depois se acalmaram um pouco, mas falavam que o parque não podia entrar, tomar a terra deles e que não iam pagar nada. Agora muitos já venderam e não tem mais as mesmas queixas como antigamente. Quando eu fiquei desempregado não entendi o porquê, me abateu muito, pensei isso não foi bom pra mim. Mais depois meu pai conseguiu o trabalho aqui na Fazenda para o Parque e depois eu fiquei trabalhando aqui* (Tião, zelador do PESP, julho de 2014).

De fato, quando foi assinado o Decreto da Estação Ecológica do Papagaio, a mineração e as carvoarias já tinham abandonado a região e a principal atividade econômica desenvolvida era a pecuária leiteira e muitas áreas eram utilizadas para pastagens. Daí o grande conflito com a população que continuava fazendo uso de suas áreas, já que a desapropriação e indenização ainda não haviam ocorrido. Muitos moradores do campo

nem sabiam da unidade, nem quais os seus propósitos e implicações e muito menos as áreas que estavam envolvidas; só foram saber da Unidade quando já havia sido transformada em Parque. Isto é, a população rural seguiu abrindo pastos, construindo casas, trutários e bairros.

*A gente não ficou sabendo nada. Falava-se que ia criar... que tinham criado e a gente não sabia o que era nem onde era. Ficamos sabendo depois de muito tempo. O Parque é de 98 foi lá por 2004, 2005, que a gente foi saber que era uma área pra ninguém mexer, era pra ficar intocada. Demorou muito pra realmente entendermos o que é. Hoje mudei pra Baependi, sou formada em gestão ambiental, então a visão é completamente diferente. (Denilda, 2013)<sup>5</sup>*

Quando foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável – SEMAD, em setembro de 1995 (Minas Gerais 1995) a Estação Ecológica foi transferida para a gestão do IEF. O IEF passou a atuar no desenvolvimento e execução das políticas florestais, de pesca, de recursos naturais renováveis e de biodiversidade em Minas Gerais; assim a gestão das áreas protegidas e das unidades de conservação estaduais passaram para sua gerência.

A validade do Decreto da Estação Ecológica do Papagaio seria de cinco anos; o primeiro foi promulgado em 1990, depois a correção em 1992. Caso não acontecesse a desapropriação, ele caducaria e tudo voltaria à estaca zero. Conseguiram introduzir no orçamento do Estado de Minas Gerais, mas a regularização não aconteceu e acabou prescrevendo a Estação.

Com isso foi reeditada a Estação Ecológica do Papagaio, agora recategorizada como Parque Estadual da Serra do Papagaio. Segundo o Plano de manejo do Parque, a mudança de categoria ocorreu para corresponder aos interesses de conservação da área com os interesses da comunidade local, já que a região possui um grande potencial turístico. (Ief, 2009). Contudo, para os envolvidos no processo, restaram algumas incertezas, sobre quais foram as orientações políticas para a mudança, pois houve inclusive a mudança de nome. O nome da Estação remetia ao papagaio de peito roxo, *amazon bignáceo*, endêmico da região e não à Serra do Papagaio. O conjunto montanhoso da região engloba o Cangica, Tamanduá Bandeira, Serra Preta e vários outros maciços, não apenas a Serra do Papagaio, o que tem causado conflitos até hoje.

Além disso, há o choque dos vários imaginários em relação aos territórios naturais, grupos que mantem seu manejo tradicional, aqueles que os preservam com intuítos religiosos e também aos que acham que deve permanecer intocado, como a égide da conservação ambiental e da *wilderness*. Aqueles que possuem maior poder político tem tido mais êxito em disseminar suas percepções simbólicas e míticas e a colocarem em prática e as imporem como verdade na sociedade contemporânea.

## **Considerações Finais**

As diversas percepções de território nos trazem hoje a uma reflexão mais atenta sobre as diferentes culturas. As sociedades estudadas desde épocas remotas pela antropologia configuram-se como sociedades tradicionais, cujos valores, mitos e crenças foram durante muito tempo alvo de estranhamento da sociedade contemporânea.

As lutas pelos territórios também são muito antigas, imbricadas por aspectos políticos e de hegemonia. Na medida em que a sociedade urbano-industrial tem o poder legitimado sobre essas comunidades, também exercem poder e influência sobre suas crenças, valores, religiões e modo de viver. Essas sociedades são consideradas inferiores por terem características mágicas e não racionais em seus cabedais de conhecimento e submetidas ao processo de ressignificação cultural a partir de um raciocínio que é considerado lógico e racional.

Mas o que procurei apontar nesse artigo é a influência inexorável do simbólico e do mítico também nas sociedades que se dizem estar totalmente separadas delas. De fato não estão, somos influenciados por nossas crenças, muitas vezes religiosas, que são transmutadas para uma percepção racional. Daí a grande dificuldade de solução de conflitos territoriais no mundo, as percepções do imaginário e do simbólico do

pensamento são elementos importantes das construções culturais dos povos, e muito difíceis de serem abandonadas, para tanto a sociedade com maior poder de persuasão ou de ação acaba impondo suas crenças e mitos para os demais, que não os aceitam facilmente.

O mito moderno da natureza intocada pode ser considerado um neomito e quando o fazemos, conseguimos vislumbrar as origens mais remotas dos conflitos territoriais. A dificuldade de se encontrar uma solução para eles, surge do fato de que, apesar dos grupos que detém o poder conseguirem impor sua verdade, ela não acontece sem que comunidades inteiras sofram a violência simbólica desses atos e sintam-se impelidas a lutar por suas vidas, territórios e culturas.

## Referências

Brasil (2000). Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Conservação da natureza - SNUC. *Diário Oficial da União*, Brasília. DF.

Diegues, Antônio Carlos (1994). *Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB- Universidade de São Paulo.

Diegues, Antônio Carlos (2000). “Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos” In Diegues, Antônio Carlos (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec-NUPAUB.

Diegues, Antônio Carlos (2008). A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência. In: Dupas, Gilberto (org). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: Editora UNESP, pp 131-164.

Dupas, Gilberto (2008). O impasse ambiental e a lógica do capital. In: \_\_\_\_\_(org). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: Editora UNESP, pp 21-89.

Eliade, Mircea (1979). *Imagens e símbolos*. Lisboa: Arcádia.

Eliade, Mircea (2006). *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva.

Gomez-Pompa, Arturo; Kaus, Andrea (1992). Taming the wildernessmyth. *BioScience. Washington*, vol. 42, nº 4, p.271-279.

Instituto Estadual de Floresta (2009). *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio*. Belo Horizonte.

Minas Gerais (1990). Decreto 31.368 de 2 de junho de 1990. Declara de utilidade pública e de interesse social, para desapropriação de pleno domínio, terrenos e benfeitorias necessárias à implantação da Estação Ecológica do Papagaio. *Diário do Executivo de Minas Gerais* no dia 3 de junho de 1990.

Minas Gerais (1992). Decreto 33.543 de 24 de abril de 1992. Altera disposição do decreto 31.368. *Diário do Executivo de Minas Gerais* no dia 25 de abril de 1992.

Minas Gerais (1995). Lei nº 11.903, de 06 de setembro de 1995. Cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentável, altera a denominação da Secretaria de Estado de ciência, tecnologia e meio ambiente e dá outras providências. *Diário Executivo de Minas Gerais* no dia 7 de setembro de 1995.

Minas Gerais (1998). Decreto nº 39.793, de 5 de agosto de 1998. Cria o Parque Estadual da Serra do Papagaio e declara de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação de pleno domínio, terrenos e benfeitorias necessárias à sua implantação. *Diário Executivo de Minas Gerais* no dia 06 de agosto de 1998 e retificado em 30 de setembro de 1998.

Moscovisci (1979), Serge. *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris: Christian Bourgeois Éditeur, Colletion Cibles.

Morin, Edgard (1998). *O Método 4*. As ideias, habitat, vida, costumes, organização. Porto alegre: Sulina. Tradução: Juremir Machado da Silva.

Morin, Edgard (1999). *O Método 3*. O conhecimento do conhecimento. Porto alegre: Sulina. Tradução: Juremir Machado da Silva.

---

<sup>1</sup> Paulo Maciel Junior foi presidente da FEAM, quando da criação da Estação Ecológica do Papagaio e é fazendeiro na região de Baependi. Entrevista concedida setembro de 2014.

<sup>2</sup> Os Mapas 1 e 2 da Estação Ecológica do Papagaio foram conseguidos por solicitação da pesquisadora junto à FEAM, que encaminhou o Relatório Técnico por correio. Não há menção à escala ou detalhamento maior.

<sup>3</sup> Eu tive grande dificuldade em saber o porquê de mapas diferentes apresentados em documentos e projetos, sem haver referência sobre as mudanças na década de 90. A burocracia do Estado é lenta e os documentos dos arquivos não estão digitalizados. Recebi diversos documentos da FEAM, mas a qualidade de impressão compromete a análise e o mapa do Decreto que deveria estar em anexo, está totalmente apagado.

<sup>4</sup> Sebastião Montes Ramos tem 53 anos é morador morador da Fazenda Santa Rita. Entrevista concedida em julho de 2014.

<sup>5</sup> Denilda é moradora dos Garcias e monitora operacional do IEF, o Instituto realizou contratações de moradores das comunidades. Entrevista concedida em dezembro de 2013.